



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2008**

## ***ÍNDICE***

---

1. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	6
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
5. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8
6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da  
**COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**  
**BELO HORIZONTE – MG.**

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo na mesma data elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.


2. Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do Patrimônio Líquido e o fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, foram auditadas por outros auditores independentes com emissão, em 27 de fevereiro de 2008, de parecer contendo parágrafos de ênfase cujas causas dos procedentes apontamentos não mais existem, tendo sido sanadas no exercício em exame.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e aplicadas à partir de 01/01/2008, sendo que as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2007, apresentadas de forma conjunta com as encerradas em 31/12/2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até aquela data.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2009.



STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S  
CRC/RS - 004632/O - "S" - MG.  
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES  
Contador CRC RS 27.020/O-1 - "S" - MG.  
Responsável Técnico.

Porto Alegre - São Paulo - Rio de Janeiro - Brasília

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro  
*Em reais*

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	164.802	282.447
Aplicações financeiras	741.955	-
Contas a receber de clientes	970.568	986.377
Estoques	85.635	96.815
Despesas antecipadas	109.919	80.287
Adiantamentos concedidos	39.405	21.853
Imóvel alienado em fase de recebimento	-	942.927
Tributos a recuperar	165.837	155.272
Outros créditos e valores	181.458	175.759
Precatório em fase de recebimento	600.000	-
	<b>3.059.579</b>	<b>2.741.737</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Desapropriação de imóveis a receber	1.143.446	2.388.529
Precatório em fase de recebimento	1.100.000	-
Valores bloqueados pela justiça	843.855	868.093
Cobranças judiciais	1.895.816	1.823.898
Depósitos judiciais	354.504	318.023
Outros créditos e valores	6.338	6.290
Provisão para devedores duvidosos	(163.550)	(686.474)
	<b>5.180.409</b>	<b>4.718.359</b>
<b>Permanente</b>		
Imobilizado	<b>29.753.504</b>	<b>32.177.259</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>37.993.492</b>	<b>39.637.355</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro  
*Em reais*

	2008	2007
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	278.258	906.720
Salários e contribuições previdenciárias	874.800	793.743
Obrigações tributárias	112.083	118.840
Parcelamento REFIS	259.064	243.343
Provisão para contingências	2.166.003	654.373
Acordos trabalhistas	178.787	947.700
Outras obrigações a curto prazo	47.196	48.988
Parcelamento Fornecedor	581.082	-
	<b>4.497.273</b>	<b>3.713.707</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Provisão para contingências	251.940	-
Parcelamento REFIS	5.646.811	5.743.572
Provisão para tributos a recolher	734.334	721.640
Parcelamento Fornecedor	48.423	0
	<b>6.681.508</b>	<b>6.465.212</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital Social	161.176.620	161.176.620
Prejuízos acumulados	(134.361.909)	(131.718.184)
	<b>26.814.711</b>	<b>29.458.436</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>37.993.492</b>	<b>39.637.355</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

Demonstrações de Resultados  
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
*Em reais*

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Venda de Mercadorias e Serviços	<b>15.841.586</b>	<b>12.805.793</b>
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.203.025)	(973.240)
PIS Não Cumulativo	(261.181)	(211.296)
ISSQN	(480.164)	(387.775)
ICMS	(3.082)	(2.311)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	449.124	413.509
	(1.498.329)	(1.161.113)
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>14.343.257</b>	<b>11.644.680</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.936.571)	(8.857.104)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>5.406.686</b>	<b>2.787.576</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(7.008.956)	(4.497.760)
Reversão de provisões constituídas	553.972	702
Outras receitas operacionais líquidas	1.706.481	1.116.509
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(277.005)	33.200
Depreciação	(3.108.472)	(3.109.011)
	<b>(8.133.980)</b>	<b>(6.456.360)</b>
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(2.727.294)</b>	<b>(3.668.784)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		
Alienação de imóveis	183.656	1.276.039
<b>Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2.543.638)</b>	<b>(2.392.745)</b>
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(2.543.638)</b>	<b>(2.392.745)</b>
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social	(0,0063)	(0,0059)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
*Em reais*

	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(129.264.816)</b>	<b>31.911.804</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(60.623)	(60.623)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.392.745)	(2.392.745)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(131.718.184)</b>	<b>29.458.436</b>
<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2008</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(131.718.184)</b>	<b>29.458.436</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(100.087)	(100.087)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.543.638)	(2.543.638)
<b>Saldos Em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(134.361.909)</b>	<b>26.814.711</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto  
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008  
*Em reais*

---

**ATIVIDADES OPERACIONAIS**

**Prejuízo Líquido do período** (2.543.637)

**Ajustes do prejuízo líquido do exercício:**

Depreciação	3.108.472
Provisão para Perdas de Créditos	39.100
Provisão para Contingências	1.073.718
Valor residual do ativo imobilizado baixado	45.902
Atualização monetária depósitos recursais	92.104
Encargos financeiros provisionados	278.359
Reversão de Provisão	553.972
<b>Total</b>	<b>1.540.046</b>

**VARIAÇÃO DO ATIVO**

Diminuição de Duplicatas a Receber	15.810
Aumento de Tributos e Contribuições compensáveis	(10.564)
Diminuição do Estoque	11.179
Diminuição dos Valores Bloqueados	24.238
Aumento dos depósitos judiciais	(36.481)
Diminuição de outros ativos operacionais	319.676
<b>Total</b>	<b>323.858</b>

**VARIAÇÃO DO PASSIVO**

Diminuição de Fornecedores	(628.463)
Aumento de Salários e Contribuições previdenciárias	81.057
Diminuição de obrigações tributárias	(6.756)
Aumento do parcelamento REFIS	15.721
Diminuição de outros passivos operacionais	(1.792)
<b>Total:</b>	<b>(540.233)</b>

**ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

Aquisições do ativo imobilizado	(968.722)
Valor de Venda do ativo imobilizado	229.558
Rendimentos de aplicações de renda fixa	39.803
<b>Total:</b>	<b>(699.361)</b>

**TOTAL DOS EFETIVOS DO CAIXA**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	282.447
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	906.757
<b>Aumento líquido de caixa</b>	<b>624.310</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

Em 05 de dezembro de 2008 foi nomeado novo Diretor Presidente e Técnico Operacional para a Companhia.

### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do presente exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Como decorrência dessa lei, as principais alterações que tiveram efeito imediato sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

- Substituição das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração de novos subgrupos de contas: intangível e ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido;
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar a capacidade de recuperação dos valores apresentados no ativo imobilizado, intangível e diferido, periodicamente;

Entre outras alterações.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram reclassificadas para fins de comparabilidade com as do exercício corrente, e torná-las adequadas aos normativos contábeis mencionados. As alterações resultantes dos normativos citados foram os seguintes:

- Apresentação dos grupos “Não Circulante” no ativo e no passivo.
- Classificação da provisão de contingências de acordo com os parâmetros para fins de reconhecimento dos ativos e passivos em contingentes ou não.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

---

#### **a) Ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-á em período inferior a um ano.

#### **b) Disponibilidades e aplicações financeiras**

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **c) Contas a receber**

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para devedores duvidosos, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

#### **d) Estoques**

Os estoques estão representados por materiais de manutenção para as Unidades Armazenadoras.

#### **e) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 10 ).

#### **f) Demais ativos circulante e não circulante**

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

#### **g) Classificação dos passivos circulante e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

#### **h) Provisão para contingências**

A provisão para contingências relacionada processos de natureza tributária, trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos.

#### **i) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

#### **j) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

#### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 970.568 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 986.377 em 31 de dezembro de 2007) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2008	POSIÇÃO EM 2007
Alfenas	0	0
Araguari	13.692	26.827
Bonfinópolis	435	10.725
Buritit	1.186	1.186
Capinópolis	54.730	68.829
Centralina	6.300	5.700
Conceição das Alagoas	14.701	0
Frutal	31.284	20.813
Ipiacu	0	137
Ituiutaba	181.092	124.204
Monte Carmelo	159.498	47.805
Paracatu	52.012	50.287
Passos	32.193	17.880
Patos de Minas	49.133	86.624
Patrocínio	113.367	77.599
Sacramento	42.929	19.884
Santa Vitória	6.888	17.978
Tupaciguara	18.934	10.247
Uberaba	17.771	30.446
Uberlândia	174.422	269.561
Unaí	0	99.645
<b>TOTAL</b>	<b>970.568</b>	<b>986.377</b>

#### 5. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO

Em 2008 foi firmado acordo com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub- júdice , sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000 ; e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município.

O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 paga no exercício de 2008 e o restante a partir de 2009, cujos valores encontram-se registrados no Ativo Circulante , R\$ 600.000 e no Realizável a Longo Prazo, R\$ 1.100.000.

#### 6. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Referem-se basicamente à concessão de direito real de uso de imóveis, no valor de R\$ 74.144, os depósitos restituíveis no valor de R\$ 15.158, negociação de dívida com cliente no valor de R\$ 37.901 e valores a serem ressarcidos de clientes relativo a serviços de carga e descarga pagos pela Cia. no valor de R\$ 54.232.

**7. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Centralina	0	9.401
Prefeitura Municipal de Muriaé	0	1.235.681
	<b>1.143.446</b>	<b>2.388.528</b>
Provisão para Perdas	0	(254.730)

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares a certeza do direito é latente, por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). O valor a receber da Prefeitura de Ipanema origina-se de ação que conta com julgamento favorável à CASEMG, com trânsito em julgado quanto ao mérito e pleno reconhecimento do direito da Companhia.

**8. COBRANÇAS JUDICIAIS**

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 1.895.816, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial	161.328	89.410
	<b>1.895.816</b>	<b>1.823.898</b>
Provisão para Perdas de duplicatas de clientes	163.550	(431.744)
<b>Total</b>	<b>1.732.266</b>	<b>1.392.154</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A ação contra a Prefeitura de Frutal constitui matéria de Direito e está em fase de execução de sentença, embora tenha sido assinado o Termo de Compromisso de Escritura Pública em que se retira a cláusula de inalienabilidade constante na matrícula do imóvel quando de sua doação à CASEMG, ficando assumida ainda, a devolução da posse direta do mencionado imóvel. Para tanto está sendo aguardado o registro no cartório de imóveis da mencionada escritura, o que ensejará liquidez superior a ação de cobrança ora em trâmite. Logo consubstanciado o acima, conjuntamente com o Município, será peticionado o arquivamento da referida ação.

As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia e Espinosa encontram-se ainda em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da Companhia.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 354.504 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar eventuais perdas.

## 10. IMOBILIZADO

	<b>Taxa anual depreciação</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Terrenos		587.337	592.214
Edificações	4%	8.729.474	8.707.011
Máquinas e Equipamentos	10%	47.567.590	47.931.841
Móveis e Utensílios	10%	1.446.342	1.409.406
Veículos	20%	199.808	137.171
Armazéns e Silos	4%	88.949.254	88.766.038
Obras em andamento		313.823	198.105
Direitos de Propriedade		300.850	216.541
Equipamentos de Informática	20%	393.537	387.638
		148.488.015	148.345.965
(-)Depreciação Acumulada		(118.734.512)	(116.168.705)
<b>TOTAL</b>		<b>29.753.504</b>	<b>32.177.259</b>

Em 2008 ocorreram baixas no imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis obsoletos e do imóvel de Gurinhata cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pelo ganho de R\$ 183.656.

## 11. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2008	2007
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>5.539.797</b>	<b>5.539.797</b>
Acréscimo (decréscimo) da dívida	447.119	428.398
Pagamento de parcelas no exercício	(244.280)	(206.657)
Atualização TJLP no exercício	163.239	225.378
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>5.905.875</b>	<b>5.986.915</b>
<b>Dividido em:</b>		
Passivo Circulante	259.064	243.343
Exigível a Longo Prazo	5.646.811	5.743.572

## 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 2.417.943, sendo R\$ 2.166.003 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 251.940 no Exigível a Longo Prazo, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos valores bloqueados pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão *sub-júdice* totaliza R\$ 843.855 e de depósitos recursais R\$ 354.504.

Em 2008 foram liquidadas ações trabalhistas no valor de R\$ 1.724.230 referente acordos firmados em 2007, restando o saldo remanescente de R\$ 178.787, registrado no Passivo Circulante.

As provisões para contingências, demandas cíveis e acordos trabalhistas contabilizadas no exercício elevaram as despesas gerais e administrativas em relação a 2007.

## 13. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER

O ISS e o IPTU a recolher, no valor de R\$ 734.334, referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura Municipal de Frutal desde 1991, os quais estão sendo discutidos judicialmente.

## 14. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2008 o Capital Social, no valor R\$ 161.176.620, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

## 15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2008, de R\$ 100.087, decorrem basicamente de estorno de provisão de concessão de direito real de uso; apropriação de débito de FGTS e INSS referente à notificação.

---

**16. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

---

Os saldos em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	<b>R\$</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(628.271)</b>	<b>(344.753)</b>
- Juros e VM, pagos ou incorridos	230.392	6.515
- Multas dedutíveis e indedutíveis	198.458	12.223
- TJLP sobre REFIS	163.239	225.378
- Comissões, despesas bancárias e outras	36.183	100.637
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>351.266</b>	<b>377.954</b>
- Taxa de Permanência	121.893	133.110
- Apropriação de juros e multas	189.570	218.534
- Renda de aplicação financeira	39.804	26.310
<b>Total</b>	<b>(277.005)</b>	<b>32.201</b>

Foram apropriados juros no exercício de 2008 de R\$ 137.347,99 relativos a parcelamento com o fornecedor CEMIG; R\$59.361,40 sobre dívida do FGTS no período de 01/1992 a 09/2003, e R\$28.375,00 de dívida com o INSS no período de 06/2003 a 10/2005.

Foram pagos no exercício multa de R\$186.873,40 proveniente do Auto de Infração da Delegacia Regional do Trabalho.

---

**17. COBERTURA DE SEGUROS**

---

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

---

**18. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS**

---

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 4.723 e R\$ 435, respectivamente.

**DIRETORIA**

GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR  
Diretor -Presidente Técnico Operacional

IRENE SILVA OLIVEIRA  
Diretora Administrativa - Financeira

MARCELY APARECIDA DA SILVA  
Contadora - CRC- MG-087817/0-3



**Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais**  
**Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.**  
**CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG**  
**Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829**  
**E-mail: [presidencia@casemg.com.br](mailto:presidencia@casemg.com.br)**  
**[www.casemg.com.br](http://www.casemg.com.br)**